



## TERRITÓRIOS DE SABERES DE POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ: TRAÇANDO ABORDAGENS SOBRE PRÁTICAS DE LUTA E R- EXISTÊNCIA<sup>1</sup>

Erica Maria Bezerra Pinheiro<sup>2</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa refere-se a uma investigação sobre as práticas de saberes de povos indígenas, e tem como objetivo compreender os saberes produzidos e articulados pelo movimento indígena cearense e, de forma mais específica, do povo indígena Kanindé. A formação socioespacial do Brasil é marcada por processos de exploração, subordinação e violências contra os povos originários e comunidades tradicionais, onde permanece a lógica de domínio hegemônico com o objetivo de expropriação nos moldes do mundo moderno-colonial. Resistindo a essa lógica, os povos indígenas apresentam estratégias e alternativas baseadas em outros modos de vida e projetos próprios. Nesse sentido, a reafirmação do povo Kanindé está ligada a um processo histórico de luta pela garantia do território indígena. Esta luta envolve um processo de construção de um projeto próprio e saberes próprios, saberes os quais são intrínsecos às práticas de luta e que revelam modos de ser próprios, diferentes do modo dominante.

**Palavras-chave:** Movimento indígena, Território, Práticas espaciais, Resistência indígena.

### ABSTRACT

The following research is an investigation about the knowledge practices articulated and produced by the Indigenous People Movement from Ceará (Brazil) and, more specifically, the Kanindé People. Brazil's socio-spatial formation is marked by processes of exploration, subordination, and violence against Indigenous People and Traditional Communities, where the logic of a hegemonic domain remains as a way to expropriate under the mold of a modern-colonial world. Resisting this logic, the Indigenous People present strategies and alternatives based on other ways of living and their projects. For that matter, the reaffirmation of Kanindé People is linked to a historical process of conflicts to guarantee the indigenous territory. This conflict is based on a process of construction of its project and pieces of knowledge. Those are intrinsic to the conflict practices and which reveal its own ways of being, different from the dominant way.

**Keywords:** Indigenous Movement, Territory, Spatial Practices, Indigenous Resistance

<sup>1</sup> O presente trabalho é parte das reflexões desenvolvidas no projeto de pesquisa de Doutorado que encontra-se em andamento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, [erica\\_pinheiro@id.uff.br](mailto:erica_pinheiro@id.uff.br)



## INTRODUÇÃO

Mesmo depois de passado o período Colonial, a formação socioespacial do Brasil continua marcada pela extração de riquezas naturais, exploração do trabalho e dizimação de modos de vida e de saberes dos povos indígenas, camponeses e de comunidades tradicionais, processos resultantes da expansão do capital de países centrais. Assim, permanece a lógica de domínio hegemônico com o objetivo de expropriação nos moldes do mundo moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2006a). Nesse sentido, “[...] áreas que, até recentemente ficaram relativamente à margem do desenvolvimento capitalista se tornam estratégicas” (PORTO-GONÇALVES, 2006a, p. 166).

A atuação capitalista nos países periféricos ocorre legitimando um discurso de que são espaços atrasados, com um propósito específico de fortalecer circuitos de acumulação de capital, transformando “[...] populações em consumidores, camponeses de subsistência em assalariado ou informais, bens naturais em commodities, propriedade coletiva em privada e vendável” (LANG, 2016, p. 31).

Resistindo a essa lógica hegemônica, com processos históricos de lutas e criando alternativas para reproduzir-se, estão: os camponeses, os indígenas, os quilombolas, os povos do mar, os povos da floresta, dentre tantas outras comunidades tradicionais com territórios que, como nos fala Montenegro (2012), são espaços imbuídos de outras epistemes não totalmente submissos à lógica do capital. Como afirma Cruz (2017, p.16), existem e resistem “[...] outras matrizes de racionalidades, outras formas de razão, outros projetos civilizatórios, outras cosmovisões, com outros saberes, linguagens, memórias e imaginários” (CRUZ, 2017, p. 16).

Os territórios indígenas no Brasil, que historicamente sofrem conflitos territoriais, passam por imposições inicialmente feitas por colonizadores e posteriormente pelo Estado nacional. É o que afirmam Silva e Gonçalves (2017) ao destacarem os impactos sofridos pelas sociedades originárias caracterizadas por sua mobilidade e nomadismo, ao passaram a ter inseridos em seus modos de vida a lógica de desenvolvimento econômico a partir de uma ideia de estabelecimento e uso produtivo das terras, objetivando produção de lucro para o mercado. Como resistência a esse modelo, os povos indígenas apresentam estratégias e alternativas como: experiências em propriedades coletivas, valorização de saberes tradicionais e práticas agroecológicas baseadas na valorização da diversidade e da vida.

De forma mais específica sobre o contexto dos saberes tradicionais, o processo histórico do Brasil referente à colonização, e, portanto, dos territórios dos povos originários, é



entrelaçado pelo que Santos (2019) reconhece como epistemicídio, processo originado da modernidade ocidental como forma de validar seus conhecimentos como dominantes e universais, ao não reconhecer outras formas. Assim, destaca o referido autor, dá-se início a uma destruição massiva dos vários saberes outros, presentes sobretudo nas sociedades e sociabilidades coloniais.

Partindo dessa problematização e da base teórica que ora nos balizam, apresentamos neste trabalho um olhar sobre as práticas de saberes próprias dos territórios indígenas. Acreditamos que esses povos, em seu movimento de r-existência criam e recriam saberes de luta que demarcam suas existências e seus territórios. Neste sentido, a presente pesquisa refere-se a uma investigação sobre as práticas de saberes de povos indígenas tendo como viés o movimento indígena cearense, a partir de um olhar para a etnia Kanindé. Assim, os saberes indígenas se apresentam no território a partir de suas práticas no âmbito de seus processos de luta e resistência.

Os povos indígenas no Brasil passaram por processos históricos de genocídio, etnocídio, expropriação de seus territórios, silenciamento étnico e subordinação a um modo de vida contrário às suas cosmovisões e dimensões de mundo. Estes processos violentos prevalecem na realidade dos povos originários, o que faz da questão indígena um debate atual.

No caso específico do Ceará, pretendemos contribuir com a pesquisa sobre a questão indígena no sentido de desmistificar as tentativas de invisibilidade étnica que historicamente esses povos sofrem. Nesse contexto, os Kanindé se apresentam como um povo com forte territorialidade étnica e valorização dos saberes e memória ancestral; seja pela importância do Museu Indígena Kanindé, primeiro do Ceará; seja pelo movimento indígena organizado, representado localmente sobretudo pela Associação Indígena Kanindé de Aratuba – AIKA; ou pela atuação na educação diferenciada da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.

Nesse sentido, fortalecer os diálogos a partir da dimensão da ciência geográfica sobre os saberes e conhecimentos indígenas apresenta-se como um contributo tanto para a dimensão identitária, como para a dimensão política do movimento indígena. Ademais, amplia-se o debate na ciência geográfica a partir de um olhar para as práticas de saberes territoriais indígenas.

Assim sendo, objetivamos trazer contribuições para a compreensão dos saberes produzidos e articulados pelo movimento indígena cearense, mais especificamente do povo indígena Kanindé, e como esses saberes se territorializam a partir das práticas sociais de luta e r-existência perante os processos históricos de subordinação e epistemicídio. Para tanto, fez-se necessário uma revisão em bibliografias científicas, coleta documental e de dados referentes a



temática pesquisada, e uma aproximação com o contexto territorial dos povos indígenas do Ceará, de forma mais específica, do povo Kanindé/CE, mediante a participação em ações, encontros e diálogos virtuais.

## **METODOLOGIA**

No que se refere aos caminhos metodológicos que nos fizeram chegar às reflexões apresentadas, destacamos abaixo os procedimentos para coleta de dados, informações e bibliografias, destacando que esses procedimentos não se dão de forma isolada, ocorrendo de forma concomitante, com influências umas sobre as outras. Nesse sentido, o presente trabalho desenvolveu-se permeado das seguintes etapas metodológicas:

(i) levantamento de bibliografias científicas, tais como: livros, capítulos de livros, artigos científicos, dissertações e teses. Estas produções foram coletadas em bibliotecas, revistas eletrônicas e acervos de programas de Geografia e áreas relacionadas com o tema, além de anais de eventos relacionados com o tema em pesquisa;

(ii) levantamento documental e de dados coletados em órgãos, instituições e associações que abordam a temática indígena; websites de instituições indígenas; jornais eletrônicos e redes sociais de associações indígenas.

Estas atividades tiveram como finalidade encontrar produções bibliográficas e documentais relacionados com a temática da pesquisa, buscando assim uma aproximação teórica e empírica com a problemática e temática. Ademais dessas atividades, a aproximação com a realidade de forma específica do movimento indígena no Ceará, e com o povo Kanindé ocorreu por meio acompanhamentos em atividades junto a esses povos, conforme destacamos a seguir.

(iii) Pesquisa de campo, etapa fundamental para a pesquisa, uma vez que proporcionou uma aproximação e vivência com a realidade estudada, troca de diálogos e saberes e uma maior aproximação com o contexto territorial dos povos indígenas do Ceará, e de forma mais específica, de Kanindé/CE.

Em se tratando do atual contexto que vivenciamos, mediante a pandemia do novo coronavírus, e mediante os cuidados e responsabilidade às medidas sanitárias adotadas para evitar a transmissão do vírus, as estratégias adotadas para um estar juntos aos povos se deu mediante a participação em ações, encontros e diálogos virtuais.

Nesse sentido, essa etapa da pesquisa ocorreu com a participação em lives e eventos realizados virtualmente pelas plataformas digitais e redes sociais da FEPOINCE, da Escola



Indígena Kanindé, do Museu Indígena Kanindé e da Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido (Adelco). Além destes momentos, também foi basilar para o desenvolvimento da pesquisa a participação no “*Curso de Extensão Povos Indígenas: territorialidade, ancestralidade, trajetórias e resistência*”, realizado de maneira virtual, e resultado de uma ação coletiva entre o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABI), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e com o coletivo Historiando.

Diante das etapas apresentadas, a estruturação do presente trabalho ocorrerá a partir da organização dos materiais levantados e sistematizados; da participação no debate traçado em torno do Grupo de Trabalho Geografias, Giro Descolonial e Epistemologias do Sul do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE); e da disposição das ideias no formato de texto para trabalho científico conforme aqui constituído.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A luta dos povos indígenas traz como pauta central o debate sobre o território. Esse processo não é único e exclusivo desse movimento social, mas tem feito parte de uma tendência de territorialização das lutas sociais na América Latina; sobretudo a partir da década de 1980, quando sujeitos sociais protagonizam a luta, o que Sader (2001) vai chamar de novos sujeitos sociais em cena, ou seja, sujeitos sociais, coletivos, criados a partir da prática política. Portanto, novos personagens que inauguram novas agendas e bandeiras de luta. Como destaca Cruz (2013) nesse novo contexto o território ganha centralidade tanto como categoria analítica, como enquanto categoria política da práxis dos movimentos.

Para Cruz (2013), esses novos movimentos têm como características,

a busca por uma espécie de desmercantilização das relações sociais, procurando afirmar novas práticas de produção e de comércio, fundadas em formas de organização solidárias, populares e cooperativas, bem como a valorização de formas alternativas e não mercantis (familiares, comunitárias, cooperativas, etc.) de reapropriação social da natureza, dos recursos naturais e dos meios de produção em geral. Nesse processo, há uma intensa valorização material e simbólica da natureza, dos recursos naturais e dos meios de produção em geral. Esse processo está expresso através do papel estratégico que os movimentos dão à terra, ao território e às territorialidades, como fundamento das estratégias de afirmação de direitos e de autonomia dos povos e comunidades. Assim, o território torna-se referência material e simbólica de vida, de identidade e resistência para esses novos protagonistas na América Latina. Nesse sentido, vem ocorrendo o que poderíamos chamar de uma territorialização das lutas sociais (CRUZ, 2013, p. 128).



Porto-Gonçalves (2003) apresenta que esses diferentes movimentos sociais trazem novos signos para o espaço, ressignificando-o e, portanto, reinventando a sociedade. Destacamos, com isso, que o processo de ressignificar enseja saberes próprios que são acionados pelos movimentos sociais. Trata-se de saberes práticos, empíricos, populares, conhecimentos vernáculos que são muito diversos, mas que tem uma característica comum: não foram produzidos em separado, como uma prática de conhecimento separada de outras práticas sociais (SANTOS, 2019, p. 73). Nesse sentido, nos embasamos nas produções teóricas que fundamentam saberes e formas de existir fundadas em outros modos de vida e outras racionalidades.

Porto-Gonçalves (2002) afirma que uma das questões centrais no debate contemporâneo diz respeito aos novos limites territoriais e aos novos protagonistas, o que coloca o espaço geográfico e o território como conceitos centrais para compreensão dos processos inerentes ao mundo moderno-colonial. Para o autor, “se impõe, de imediato, a necessidade de des-substantivar o espaço geográfico posto que, quase sempre, é visto como uma realidade objetiva exterior à sociedade” (p. 229).

A abordagem de Porto-Gonçalves (2002) destaca que não se pode desassociar o ser social do estar, ou seja, sua dimensão espacial. Assim sendo, Eduardo (2006) destaca que na análise do território, seu cerne é social, e, portanto, devem ser consideradas como suas dimensões a política, a economia, a cultura, e também a natureza; sendo cada uma delas “imbricadas relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda esfera do corpo social” (EDUARDO, 2006, p. 178).

Nesse âmbito, Porto-Gonçalves (2002, p. 229 - 230), ressalta ainda que,

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estariam dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades - territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (Bourdieu, 1989). Estamos longe, pois, de um espaço-substância e, sim, diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização.

Nesse sentido, ao acionar o conceito de território só podemos realizar uma análise coerente com suas características de conceito quando entendemos estes três processos imbricados.

Quando destacamos o processo de territorialização, ou seja, a apropriação e controle do espaço, o papel dos movimentos sociais nesse processo é essencial. Nas ações desses sujeitos estão expressas correlações de forçar e relações de poder. É importante ressaltar que a



produção desses espaços e desses territórios ocorrem como estratégia para a realização dos objetivos dos movimentos; além de que, as ações dos movimentos produzem identidade e valores, mudam estruturas e criam novas instituições (HALVOREN; FERNANDES e TORRES, 2021).

Para Souza (2010), a resistência expressa em contrapoder e insurgência é exercida mediante processos de territorialização, ou seja: o controle e ocupação do espaço. Assim, para o autor, território é entendido como relações sociais diretamente espacializadas; como projeções espaciais de poder, e que, portanto, existem nos diversos níveis escalares, que não somente aquele relacionado ao Estado-Nação.

É neste contexto teórico que situamos as reflexões desse trabalho, e destacamos ainda que a trajetória de luta dos povos originários é atravessada de conflitos, é permeada por relações de poder e, no entanto, traz em seu seio uma perspectiva de um projeto de vida e sociedade próprios desses povos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No debate sobre o território, Porto-Gonçalves (2002) nos alerta para que não se admita a distinção entre a dimensão material e simbólica na análise territorial, uma vez que parte de uma concepção dualista dicotomizante. Para o autor, considera-se que “os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica”. É dentro desse contexto teórico que visualizamos a luta do movimento indígena organizado, e de forma mais específica, do Povo Kanindé no contexto dos povos indígenas do Ceará/Nordeste.

Os Kanindé é uma das das 15 etnias indígenas presentes hoje no Estado do Ceará vinculadas ao movimento indígena do estado. A população do Povo Kanindé habita as terras em áreas rurais em três aldeias: Gameleira, presente no município de Canindé, Ceará; Fernandes e Balança, presentes no município de Aratuba, Ceará.

Esse Povo faz parte de uma realidade diversa que hoje constitui os povos indígenas no Brasil. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, a população autodeclarada indígena no Brasil era de 896.917 no total, considerando ambos os residentes em terras indígenas e fora delas. Ainda segundo o IBGE, se observarmos os dados para as décadas anteriores referentes ao quesito cor/raça, para efeito de comparabilidade, o crescimento no período de 2000/2010 foi de 84 mil indígenas, representando 11,4%, e no período de 1991/2000, 440 mil indígenas, aproximadamente 150%, crescimento expressivo



nesse último período (IBGE, 2012). Esses dados gerais denotam um processo de levantamento étnico de vários povos nesse período, e coincidem com o autorreconhecimento do povo Kanindé, em meados da década de 1990.

Para os Kanindé, o processo de afirmação e organização étnica enquanto povo indígena iniciou-se em 1995 “a partir do contato com as demais etnias do Ceará, principalmente os Tremembé de Almofala, estimulados pela entidade indigenista Associação Missão Tremembé (AMIT)” (MARTINS; SANTOS, 2016, p. 11).

A afirmação desse povo está ligada a um processo histórico de luta pela garantia de seu território. Sobre este processo Martins e Santos (2016, p. 23) apresentam que,

O movimento indígena no Ceará, como em todo o nordeste brasileiro, se caracteriza na luta pela afirmação de sua identidade étnica e pela demarcação de seus territórios tradicionais. Essa luta pela reivindicação dos direitos tradicionais tem revelado a grande capacidade de organização dos indígenas. É através dessa “animação” que vários povos passam a manifestar-se publicamente, reivindicando direitos tradicionais, depois de séculos de silêncio, dentre os quais os Kanindé em Aratuba / Canindé começaram seu processo de afirmação étnica.

Diante da contextualização acima, destacamos que tanto a pauta da afirmação de suas identidades étnicas, quanto a pauta da demarcação de suas terras, têm permeado as ações do movimento indígena do Ceará e, também, de forma mais específica, do movimento do Povo Kanindé.

Esse contexto nos direciona para um olhar sobre as práticas desses povos enquanto movimento organizado, percebendo que a luta dos indígenas aciona o conceito de território como categoria de prática, como pauta de luta. Observamos ainda que, o território acionado por esses povos, insere-se dentro de uma perspectiva integradora Haesbaert (2016) que nos apresenta instrumentos teórico-metodológicos para uma leitura da complexidade da abordagem territorial para as populações indígenas.

Atentamos ainda ao que Porto-Gonçalves (2002, p. 230) apresenta, no sentido de não dicotimizarmos as dimensões materiais e simbólicas perante o debate do conceito de território no âmbito dos movimentos sociais, uma vez que:

Nesses diferentes movimentos com potencial emancipatório é possível identificar algumas características importantes, como (1) a luta pela apropriação das suas condições materiais de produção (água, gás, energia, biodiversidade, terra só para ficarmos com as explicitadas) assim como da criação das condições para sua própria reprodução simbólica (escolas, universidades livres, rádios comunitárias, posses de rappers). Na junção dessas duas dimensões é que a invenção de territórios ganha sentido, na exata medida que comporta as dimensões material e a simbólica geograficamente conformadas (Porto-Gonçalves (2006, p 176).





A pesquisa sobre indígenas revela a realidade plural dos povos originários perante o projeto hegemônico de sociedade que tem como pretensão ser um projeto universal. Nesse processo, faz parte do projeto invisibilizar os grupos sociais que divergem dessa hegemonia dominante, já que esse projeto de sociedade não reconhece os Outros. Para Porto-Gonçalves (2002), o que temos, portanto, é o pensamento moderno europeu que se pretende universal, desconsiderando o espaço geográfico como lugar de co-existência dos diversos.

Na realidade do Nordeste brasileiro, esse projeto atua na perspectiva de invisibilizar os povos indígenas impregnando no imaginário social que índios não mais existem, que é coisa do passado, e que seus “remanescentes” foram misturados às massas populares. No caso dos indígenas do Ceará, são várias as ações do governo e das elites locais de forçar o desaparecimento da população indígena e para reforçar esse imaginário na sociedade<sup>3</sup>

Sobre esse processo, Antunes (2012), destacando sobretudo o caso do relatório provincial de 1863, documento burocrático da rotina imperial brasileira daquela época, ressalta que mesmo sem possuir caráter jurídico, acabou ganhando peso de decreto de lei por tornar-se simbolicamente enfático o suposto desaparecimento dos indígenas do Ceará (ANTUNES, 2012). Dentro dessa perspectiva, nega-se a identidade desses povos e, portanto, se não há indígenas, tão logo não há de haver direitos garantidos (CUNHA, 1994).

Na contramão desse projeto, grupos com ações e práticas contra hegemônica existem. Inserem-se nesse contexto levantes de povos indígenas reafirmando suas identidades, em um processo que permeiam ações como: a autoafirmação étnica, o resgate de memórias e identidade, a luta por direitos sociais, por terra demarcada, por educação e saúde diferenciada, entre outros. Todas essas ações e práticas se concretizam porque a luta dos povos indígenas tem como centralidade o território.

É nesse sentido que nos embasamos na concepção teórica, já apresentada em Porto-Gonçalves (2002), que todo território compreende um processo de apropriação (territorialização), embuidos aí correlações de forças e, portanto, relações de poder. E ainda que, no transcurso desse processo, são constituídas identidades (territorialidades). É nesse sentido que destacamos um breve contexto da expressão da luta dos povos indígenas no Nordeste, e de forma mais específica, de suas lutas e resistência no Ceará; contextualizando esse processo de luta com algumas práticas do povo Kanindé. Estas lutas inserem-se em um cenário da configuração do território brasileiro perante a invasão portuguesa, e como esses

---

<sup>3</sup> Sobre essa temática, ver documentário “As caravelas passam”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HnjVsBTE1AI>



processos de exploração/subordinação se estendem até os tempos atuais em formas/expressões diversas.

Se considerarmos os aspectos históricos, relativos aos povos indígenas no estado do Ceará, veremos que muito dessa história se confunde também com o contexto indígena do território brasileiro. Isso porque a história dos povos originários é marcada pelo violento processo de colonização. O Nordeste, por ser o local de primeiro contato da invasão portuguesa, é a região em que os povos indígenas sofreram por mais tempo com o avanço do projeto colonizador. Dantas, Sampaio e Carvalho (1992) vão destacar essa antiguidade da presença europeia, na região hoje denominada Nordeste, marcada por um processo de impactos e ações devastadoras de prolongado contato com frentes de expansão; contexto esse que repercute no que hoje se apresenta em relação aos povos indígenas da região.

É importante, lembrar que a invasão iniciada pelo Nordeste, contou com a implantação da monocultura da cana de açúcar em grande parte da região litorânea e do agreste nordestino, com grandes expropriações de terras e extermínio indígena, processo de grandes conflitos, uma vez da resistência dos povos originários a estas invasões (LIMA, 2020).

As resistências e os conflitos se acentuaram ainda mais, quando da expansão da pecuária extensiva avançando sertão adentro, com as fazendas de gado sendo instaladas nas terras indígenas. Nesses sertões, o território que hoje se configura como o estado do Ceará, exerceu muito o papel de refúgio para indígenas expulsos de seus antigos territórios ora invadido pelos colonizadores (ALBUQUERQUE, 2002).

Quando o espaço, compreendido hoje como o território cearense, passa a integrar-se aos interesses dos invasores europeus, sobretudo em fins do século XVII e início do século XVIII, iniciam-se intensos e sangrentos conflitos, com dizimações de indígenas que reagem às invasões em seus territórios, episódios marcados sobretudo com a chama Guerra dos Bárbaros.

Após intensos massacres, a estratégia do projeto colonizador foi dissipar o discurso de desaparecimento indígena. Diversos foram os meios utilizados, dentre estes, o processo de miscigenação, tentando diluir a imagem indígena à sociedade nacional (LIMA, 2020). Ainda sobre esse processo, ressaltamos a questão apresentada por Pinheiro (2001) sobre o papel da religião como fundamento ideológico sobre o contato interétnico com uma guerra simbólica, processo que permeou fortemente o projeto colonizador.

Esses processos se desenvolvem sobretudo no período entre o século XIX e início do século XX. Destacamos ainda nesse período o relevante caso do relatório provincial que atuou como decreto, dissipando o ideário de que no Ceará a população indígena estava extinta. Com



esse episódio, “confirmou-se que os índios foram apagados da história oficial pela força das leis e do discurso historiográfico, desconsiderando, portanto, que os mesmos sempre foram sujeitos atuantes a dinâmica social” (ANTUNES, 2012, p. 10).

Esse longo período de silenciamento (ou de um discurso que versava para o apagamento indígena) foi rompido sobretudo a partir da década de 1980, com o levante de reorganizações e reafirmações étnicas, onde o movimento indígena organizado teve importante papel de protagonismo. Nesse sentido, quando destacamos o processo de territorialização, ou seja, a apropriação e controle do espaço, o papel dos movimentos sociais é essencial. Nas ações desses sujeitos, estão expressos correlações de forçar e relações de poder.

A mobilização do movimento indígena organizado no estado do Ceará iniciou com o povo Tapeba e a igreja católica (hoje Arquidiocese de Fortaleza). Estes, foram atores centrais de mobilização desses processos, e, “a partir da década de 1990 a organização do movimento indígena proporcionou um maior alcance e disseminação dos interesses comuns” (LIMA, 2020, p 742).

A reafirmação étnica no Ceará foi iniciada pelos Tapebas, seguida pelos povos Tremembé, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé. Nas décadas seguintes, o processo ocorreu com os demais povos: Potiguara, Kanindé, Kalabaça, Tabajara, Kariri, Tapuya-Kariri, Gavião, Tubiba-Tapuya, Anacé e Tupinambá e, bem mais recente, pelo povo Karão-Jaguaribara.

Atualmente, o estado do Ceará apresenta um total de 15 etnias, distribuídas em 20 municípios, com um total aproximado de 36 mil pessoas. No que se refere as Terras Indígenas (TIs) no Estado, um estudo realizado pela Adelco (2017) apresenta um total de 25 TIs com diferentes situações no processo demarcatório: delimitada, declarada, em estudo, sem providências, etc. Do total de terras demarcadas e/ou reivindicadas, apenas uma encontra-se regularizada: a TI Córrego do João Pereira, do Povo Tremembé, localizada entre os municípios de Itarema e Acaraú. Essa situação coloca o Estado como a unidade da federação mais atrasada em termos de regularização fundiária, e leva o movimento indígena do estado a ter como uma das principais pautas de luta a demarcação de seus territórios<sup>4</sup>. Importante destacar, no entanto, que “Compreender as reivindicações dos povos tradicionais como uma luta que não se restringe apenas a terra é um primeiro passo para a compreensão de sua realidade social” (Silva e Gonçalves, 2017, p. 174).

---

<sup>4</sup> Informações apresentadas pela Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE). Disponível em: <https://www.feponce.org/povos-ind%C3%ADgenas-no-cear%C3%A1>



No período atual, os desafios para população indígena perpassam o contexto de autoritarismo expresso por um governo federal que vai em direção contrária as políticas de proteção a esses povos, com projetos de lei que restringem os direitos territoriais assegurados pela Constituição de 1988. Estes projetos são foco da organização do movimento indígena, pois atacam o direito e a defesa de seus territórios, uma vez que fomentam a regulamentação da exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em terras indígenas. Além desses ataques, somam-se aos desafios e pautas da luta do movimento indígena o contexto pandêmico da Covid 19, onde estas populações estão sendo intensamente afetadas por falta de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e pela fragilidade na rede de proteção de saúde indígena.

Pensando em todo esse contexto de expropriação, exploração e conflitos vivenciados pelos povos indígenas, trazemos ao debate as reflexões de Souza (2010), afirmando que, na perspectiva da contramão do projeto hegemônico e em uma sociedade marcada por conflitos e contradições, os povos oprimidos “[...] elaboram e possuem saberes, exercem (contra)poderes e desenvolvem (contra)projetos” (SOUZA, 2010, p. 26). O que o autor vai destacar nesse contexto é que: os movimentos sociais vão explorar essas fissuras e pressionar o Estado dentro mesmo de suas contradições.

A partir dessa perspectiva, entendemos a luta dos povos originários como um processo de construção de um projeto próprio, e que envolve, também, saberes próprios. São, portanto, saberes intrínsecos às práticas de luta e resistência contra a opressão, conforme destacado por Santos (2019), e esses saberes revelam modos de ser próprios, diferentes dos modos dominantes.

Baseando-se nas concepções de Gilberto Velho, Manduruka (2012, p. 47) destaca que o movimento indígena em suas práticas se constitui no sentido de organizar a memória, buscando estratégias para manter a identidade, tendo como perspectiva ordenar um projeto que ele destaca ser “livre das amarras do desenvolvimento capaz de desestruturar a vida social dos povos indígenas”.

As ações e práticas em movimento, tendo como viés esse projeto próprio, nos fazem pensar no que Souza (2010) destaca de práticas insurgentes, vinculadas a uma perspectiva emancipatória da realidade socioespacial, inerentes aos movimentos sociais enquanto ação coletiva. É nessa perspectiva de produção de identidade, valores e saberes, nesse processo de criação de um projeto próprio, que ressaltamos as ações dos povos no âmbito do movimento indígena como protagonistas de saberes próprios, saberes imersos e construídos em suas lutas enquanto movimento organizado.



Destacando o contexto do povo kanindé e seu processo de valorização de saberes, identificamos algumas ações dessa comunidade nesse sentido, tais como o desenvolvimento de práticas educativas que articulam Escola, Museu e Associação Indígena. Ações como a formação de monitores do Núcleo Educativo do Museu Kanindé, o projeto “*Guardiões de memórias, saberes e ofícios ancestrais do Povo Kanindé*”, ou ainda o projeto “*Ser Kanindé, Sou Resistência*” trazem à tona territorialidades específicas desses povos, permeadas por um resgate e preservação das memórias ancestrais, processos estes imbuídos em um contexto de luta e resistência pelo território. Assim, acionam-se nessas práticas as dimensões material e simbólica do território, e conforme afirmam suas lideranças, o território é “tanto os corpos, os saberes, os fazeres, o próprio existir do povo kanindé e o r-existir dentro desse movimento”<sup>5</sup>.

Maciel, Sousa e Lima (2016, p. 67) nos apresentam que a “reafirmção dos saberes locais presentes, é uma forma de elevar os principais sujeitos que dão vida a narrativa do saber, além de valorizar o seu modo de vida e suas expectativas sobre o mundo”. Portanto, pensar as práticas de saberes indígenas requer considerar o processo histórico de luta pelo território. Assim, as práticas de saberes existem nas relações sociais, nas práticas cotidianas, no movimento político e na historicidade de um povo, sendo, portanto, saberes tradicionais e/ou ancestrais, sociais e/ou políticos e pedagógicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas reflexões conclusivas ficam perante o apresentado. Destacamos que, em relação aos impactos sofridos pelas comunidades tradicionais, o processo de levantamento e reafirmação étnica do movimento indígena agencia a dimensão do valor do território, expressa sobretudo em seus antepassados, e que mesmo sendo parte de sua essencialidade, é também uma forma estratégica de anúncio da territorialidade indígena. Ressaltamos ainda que, no caso do movimento indígena, diante das pautas agenciadas, a mobilização está para além de uma luta por terra mas é, na realidade, uma luta por território.

O movimento indígena do Ceará, e em específico o povo Kanindé, a partir de suas práticas específicas conformam saberes territoriais específicos. Essas práticas, ou ações, promovem uma territorialidade indígena dentro mesmo desse contexto de luta pelo território. As práticas educativas desenvolvidas pelo povo Kanindé carregam a especificidade desse povo, e são momentos e ações que constroem e reconstróem conhecimentos.

---

<sup>5</sup> Fala de Antônia Kanindé em debate sobre o que é o território para o povo Kanindé. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wr3rsQYcWng>.



Destacamos localmente a importância, por exemplo, da escola, do Museu e da associação da comunidade indígena aqui estudadas. Estão conformando e produzindo condições para sua reprodução simbólica. E o mais importante a se destacar é que essa luta de reprodução simbólica só faz sentido se embricadas nas lutas pela demarcação de terras e na defesa de seus territórios, ou seja, também relacionadas com suas condições materiais de produção.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. C. Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias. **Dissertação**. (Mestrado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- ANTUNES, T. de O. 1863: o ano em que um decreto – que nunca existiu – extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Aedos**, n. 10, v. 4, 2012.
- CRUZ, V. C. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In.: Acselrad, H. (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 318 p.
- \_\_\_\_\_. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In.: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. O. (Orgs.). **Geografia e giro descolonial: Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- CUNHA, M. C. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**. v. 8, n. 20, 1994.
- EDUARDO, M. F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.
- FIUNI, L. L. A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito. **GEOgraphia**. Niterói, vol. 20, n. 42, 2018.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2016.
- HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M.; TORRES, F. V. Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.
- LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In.: DILGER, G; LANG, M; FILHO, J. P. (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao**



desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. 1. Ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LIMA, V. A. Ceará raízes indígenas: sobre os povos, territórios e culturas. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, 2020.

MACIEL, T.; SOUSA, M.; LIMA, A. E. F. Comunidades tradicionais: saberes e sabores dos indígenas de Aratuba aos quilombolas de Baturité-CE. **Revista Conexões - Ciência e Tecnologia**, v. 10, p. 51-62, 2016.

MARTINS, S. G.; SANTOS, S da S. Pelas veredas da memória: história, afirmação étnica e organização comunitária entre os índios kanindé. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Superior em Licenciatura Intercultural Indígena) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MONTENEGRO, J. Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade. **OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 163-174, 2012.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

PINHEIRO, F. J. Reflexões interétnicas no espaço cearense: uma história marcada pelo conflito. **Trajeto**, Revista de História UFC. Fortaleza, v. 1, n. 1, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A, E.; SADER, E. (org). **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>>

Acesso em 12 de agosto de 2021.

\_\_\_\_\_. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In.: SEOANE, José. **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2003. ISBN 950-9231-92-4. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100724072446/17porto.pdf>

\_\_\_\_\_. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In.: **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. In.: Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006a. pp. 151-197. ISBN: 987-1183-34-8

Acesso al texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf>



\_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

\_\_\_\_\_. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In.: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. O. (Orgs.). **Geografia e giro descolonial: Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade: Ensaios.** 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, B. B.; GONÇALVES, C. U. Descolonizar e compreender a questão indígena como aporte aos estudos geográficos. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais.** Recife, v. 6, n. 2, 2017.

SOUZA, M. L. de. Com o estado, apesar do estado, contra o estado: os movimentos sociais urbanos e suas práticas espaciais entre a luta institucional e a ação política. In: **Cidades**, v. 7, n. 11, 2010, pp. 13-47.